

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 589.195 - SC (2014/0248476-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**EMBARGANTE** : **FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL**  
**ADVOGADOS** : **CAROLINA SILVA E SILVA**  
FABRÍCIO ZIR BOTHOMÉ E OUTRO(S)  
GIOVANA MICHELIN LETTI  
**EMBARGADO** : **CARLOS ANTÔNIO CARDOSO VIEIRA**  
**ADVOGADO** : **MARGARETH DA SILVA HERNANDES E OUTRO(S)**

**EMENTA**

EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. MIGRAÇÃO. TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL. VALIDADE. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS INDEVIDOS. EMBARGOS ACOLHIDOS, COM EFEITOS INFRINGENTES, PARA CONHECER PARCIALMENTE DO AGRAVO E, NESSA EXTENSÃO, DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos pela Fundação Codesc de Seguridade Social – FUSESC contra decisão, da minha relatoria, que não conheceu do agravo em recurso especial, assim ementado (e-STJ, fl. 593):

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. REVISÃO CONTRATUAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. ART. 543-C, § 7º, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO NÃO CONHECIDO.

Em sua irresignação, a embargante sustenta que não foram abordadas outras questões não sujeitas à disciplina do art. 543-C do CPC, "tendo sido aventado pela Corte originária outros óbices para o trânsito do recurso especial, todos eles passíveis de impugnação via o Agravo do art. 544 do CPC" (e-STJ, fl. 600).

Intimada, a parte embargada não ofereceu impugnação (e-STJ, fl. 605).

Brevemente relatado, decido.

Conforme extrai-se dos autos, ao recurso especial foi negado seguimento sob as seguintes premissas (e-STJ, fls. 516-519):

a) ausência de negativa de prestação jurisdicional;

b) julgamento do REsp n. 1.183.474/DF, sob o rito do art. 543-C do CPC, no tocante aos temas da validade da quitação dos expurgos inflacionários, por instrumento de transação, e ao cabimento dos expurgos inflacionários e utilização do IPC como fator de atualização das parcelas restituídas a título de reserva de poupança, em ação de cobrança de diferenças de correção monetária sobre valores recolhidos a fundo de Previdência Privada;

c) incidência do óbice das Súmulas 5, 7 e 83, todas do STJ, quanto ao julgamento *extra petita* para afastar a legalidade da quitação operada por meio de transação e excluir a ofensa ao art. 333, II, do CPC.

Dessa forma, verifico que assiste razão à embargante, pois a decisão embargada foi omissa quanto aos temas insertos no item *c*, motivo pelo qual passo a sanar o vício. Outrossim, por observar que os fundamentos do juízo negativo de admissibilidade foram devidamente impugnados na peça de agravo, passo ao exame do próprio recurso especial.

Contudo, de início, registro que não há falar em ofensa ao art. 333, II, do CPC, visto que o recurso especial nem sequer apontou ofensa direta ao dispositivo, limitando-se a recorrer a mencioná-lo apenas no tópico em que considerou omissa o acórdão sobre a tese de necessidade de perícia técnica.

No mais, sustentou a recorrente que, ao declarar nula cláusula constante do Termo de Transação firmado entre as partes, o julgado hostilizado ofendeu os arts. 2º, 128 e 460 do Código de Processo Civil e divergiu do entendimento do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, para quem é legal o acordo efetuado entre as partes por ocasião da migração de plano.

O Tribunal de origem solveu a controvérsia sob o seguinte fundamento (e-STJ, fl. 402):

A transação extrajudicial entabulada entre as partes (fls. 143/146) por ocasião da substituição do plano de previdência privada inicial pelo último, quando na ocasião o autor, ora apelado, deu quitação do anterior, não renuncia quaisquer ulteriores vícios que possam advir da relação encerrada, que por ser consumerista, aplica-se a hipótese em apreço o artigo 51 da Lei n. 8.078/90.

Ao assim decidir, a Corte local o fez em divergência, também, com a

orientação jurisprudencial desta Corte, segundo a qual se reconhece a validade da transação extrajudicial por meio da qual o participante migra de um plano de benefícios para outro.

A propósito:

PREVIDÊNCIA PRIVADA. MIGRAÇÃO DE PLANO. PORTABILIDADE. NÃO OCORRÊNCIA DE RESGATE DAS CONTRIBUIÇÕES. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CORREÇÃO. DESCABIMENTO. TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL. CONCESSÕES MÚTUAS. VALIDADE.

1. De acordo com o art. 15, I, da Lei Complementar n. 109/2001, a migração de um plano de benefícios para outro sem que ocorra desligamento destes não caracteriza resgate das contribuições, tornando indevida a correção da reserva de poupança pelos índices inflacionários relativos aos planos econômicos.

2. Deve ser privilegiada a transação extrajudicial por meio da qual o participante migra de um plano de benefícios para outro, admitindo como findas todas as obrigações, responsabilidades ou efeitos decorrentes do disposto no plano anterior.

3. Recurso especial desprovido.

(REsp n. 1.219.347/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe 9/12/2014)

Esse entendimento acabou consolidado pela Segunda Seção por ocasião do julgamento do REsp n. 1.551.488/MS, sob a relatoria do Ministro Luis Felipe Salomão, nos seguintes termos: "em caso de migração de plano de benefícios de previdência complementar, não é cabível o pleito de revisão da reserva de poupança ou de benefício, com aplicação do índice de correção monetária" (DJe 1º/8/2017).

Ante o exposto, suprimindo a omissão apontada, acolho os presentes embargos de declaração com efeitos infringentes e, em consequência, conheço em parte do agravo e dou provimento ao recurso especial a fim de julgar improcedente o pedido inicial, condenando o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, fixados estes últimos em R\$ 1.000,00 (mil reais), observada a gratuidade de justiça a ele deferida.

Publique-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator